



# Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901  
Telefone: (51) 3220-4345 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

## ATA DE REUNIÃO

### ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE URBANIZAÇÃO, TRANSPORTES E HABITAÇÃO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, EM 11-02-2025.

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e cinco, às dez horas e quatorze minutos, reuniu-se, na sala número 301 deste Legislativo, a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Coronel Ustra, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos e Marcos Felipi. Registra-se que o vereador Idenir Cecchim se encontrava em Licença para Tratamento de Saúde, nos termos do Memorando nº 014/25, da SRA. Presente, também, a vereadora Juliana de Souza. Constatada a existência de quórum, de imediato foi aprovada a Ata da primeira reunião (ordinária), tendo sido dispensada a leitura da mesma. A seguir, foram DISTRIBUÍDOS, para parecer, os seguintes Processos: ao vereador Coronel Ustra, o Veto Parcial ao Projeto de Lei do Legislativo nº 013/23 (Processo nº 0035/23); ao vereador Jonas Reis, o Veto Parcial ao Projeto de Lei do Executivo nº 045/24 (Processo nº 0788/24); ao vereador José Freitas, o Veto Parcial ao Projeto de Lei do Legislativo nº 111/24 (Processo nº 0224/24); e à vereadora Karen Santos, o Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 305/24 (Processo nº 0599/24) e o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003/24 (Processo nº 0460/24). Em continuidade, a senhora Presidente comunicou que a presente Reunião seria destinada a tratar acerca da seguinte pauta, proposta pelos vereadores Juliana de Souza e Marcos Felipi: Demandas de moradores da Rua Aderbal Rocha – bairro Sarandi, relacionadas a condições de moradia na região. Na sequência, a senhora Presidente convidou para compor a Mesa dos trabalhos os senhores Edga Fernandes, representante da Comissão Fiscaliza Sarandi; Maria Aparecida Castilhos, coordenadora do Movimento por Atingidos por Barragens (MAB); Rafael Pedro Magagnin, Defensor Público (DPE/RS); Júlio Alt, presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (CEDH-RS); Vicente Perrone, diretor-geral adjunto do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE); André Machado, diretor-geral do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB); Nelson Marisco, Procurador do Município (PGM); e Tiago Helgueira Nenê, superintendente executivo de habitação da Caixa Econômica Federal (CEF). Em prosseguimento, a senhora Presidente concedeu a palavra aos convidados para suas manifestações. O vereador Marcos Felipi falou acerca da importância das obras de contenção contra as cheias, bem como a moradia para as pessoas que serão atingidas por essas obras. O senhor Edga Fernandes informou que os moradores do bairro Sarandi entendem a importância das obras, mas necessitam de uma solução para o problema. Afirmou que a negociação com os governos federal, estadual e municipal ainda não teve resultado, e os moradores não querem o aluguel, mas a compra de casas. A senhora Maria Aparecida Castilhos reconheceu a necessidade das obras, mas que cada caso deve ser analisado individualmente, já que muitos moradores não querem optar pelo aluguel, mas sim uma moradia própria. O senhor Rafael Pedro Magagnin informou que cinquenta e sete famílias serão impactadas diretamente pela obra, e que trinta e uma famílias já estão cadastradas e encaminhadas para a compra assistida. Afirmou que a dificuldade seria a escolha do imóvel, em razão do valor oferecido pelo governo federal. Apontou que foi encaminhado ao Ministério das Cidades um documento solicitando a flexibilização nos requisitos do programa compra assistida. O senhor Júlio Alt salientou a necessidade de soluções para as famílias atingidas pela calamidade. Sugeriu a soma do valor da compra assistida do governo federal com o valor do bônus moradia municipal como uma solução. A vereadora Juliana de Souza apontou a falta de planejamento da Prefeitura na realização dos cadastros dos moradores atingidos pela obra, uma vez que os primeiros cadastrados não foram os diretamente impactados. Propôs a criação de um grupo de trabalho para analisar casos específicos, e reunião da Cuthab com o secretário-executivo e o secretário de habitação do Ministério das Cidades. O vereador Marcos Felipi lamentou a ausência da Secretaria de Reconstrução. Questionou a CEF sobre prazo para a resposta ao documento enviado, que trata da flexibilização dos imóveis e aglutinação de CPFs. O senhor Vicente Perrone afirmou que a questão da moradia não estaria sendo resolvida por responsabilidade do governo federal. Informou que o DMAE está realizando obras, licitações, melhorias nas casas de bomba e limpeza de bocas-de-lobo. Cobrou resposta do Ministério das Cidades sobre a flexibilização no programa compra assistida. O senhor André Machado explicou as formas de compra assistida e a diferença entre os programas Aluguel Social e Estadia Solidária. Falou acerca da necessidade de o Ministério das Cidades dar resposta ao ofício enviado, sobre a flexibilização nas questões registrais dos imóveis. Apontou que não vê a possibilidade de agrupamento de valores da compra assistida e bônus moradia, pois estaria dando dois benefícios habitacionais para uma pessoa. O senhor Tiago Helgueira Nenê explicou que a CEF apenas executa o programa da compra assistida, e que desde a criação do programa mais de quinhentos contratos foram assinados. Falou acerca das exigências do programa, como as condições do imóvel e a

necessidade do habite-se, prazos e registro do imóvel em cartório. Manifestaram-se sobre o assunto os vereadores Jonas Reis, Coronel Ustra, José Freitas, e o senhor Nelson Marisco. Os encaminhamentos definidos na reunião foram os seguintes: impossibilidade de readequação de prazo, pelo DMAE, para a saída das famílias; estadia solidária como alternativa; aguardo da resposta do Ministério das Cidades sobre a flexibilização das regras na compra assistida; plano de trabalho específico; apresentação, por parte do DMAE, de planejamento das próximas fases da obra; Indicação ao Executivo Municipal para que seja feita a suplementação de recursos por parte do Município. Registra-se que o teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta reunião. Às doze horas e vinte minutos, nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela senhora Presidente desta Comissão, vereadora Karen Santos.



Documento assinado eletronicamente por **Karen Santos, Vereador (a)**, em 26/02/2025, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0862533** e o código CRC **A2ADAAD4**.